

Ensinar e Aprender no Século XXI: metas, políticas educacionais e currículos de seis nações, de Fernando M. Reimers e Connie K. Chung (orgs.)

São Paulo: Edições SM, 2017. 352p.

Rosemary Roggero

Docente titular dos programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, Brasil
rosemaryr@uni9.pro.br

Membros da Iniciativa Global pela Inovação na Educação, na Escola de Educação da Universidade de Harvard, os organizadores desta obra contaram com a participação de parceiros de Cingapura, Chile, China, Índia, México e Estados Unidos, para analisar as reformas curriculares, bem como as metas educacionais nas formulações de políticas que têm como foco a “educação para todos”. No que se refere ao Brasil, o livro inclui uma abordagem acrescentada como posfácio à edição brasileira.

Reimers e Chung tiveram como objetivo mapear as iniciativas de organismos supranacionais que se envolveram na perscrutação de tendências para o século XXI, nos mais diversos campos da vida social, em diversas partes do mundo, reunindo análises em torno das competências para o século XXI, em documentos que oferecem aos governos cenários, indicadores, conceitos e recomendações para a elaboração de políticas em educação, visando a ampliação da escolarização com qualidade.

Informam que a escolha dos países se deu em função de quatro deles (China, Índia, México e Estados Unidos – mas o Brasil também pode ser envolvido neste rol) contarem com sistemas educacionais que abrigam uma população de alunos que soma cerca de 40% do total da população mundial de alunos, enquanto Chile e Cingapura têm a experiência de colocar a educação como prioridade das políticas públicas, por longo período, o que pode apontar perspectivas significativas a serem compartilhadas e ampliadas.

Quanto aos dados, os autores recorreram à análise de documentos das políticas, estruturas curriculares, artigos técnicos e relatórios oficiais governa-

mentais, resenhas de artigos e livros e entrevistas com formuladores de políticas, especialistas e atores nacionais e locais do campo educacional de cada país.

O livro contém seis capítulos mais ou menos padronizados, no que se refere à apresentação das reformas realizadas em cada país, com a descrição do contexto social, político, econômico e cultural em que se deram, os esforços acerca da produção do debate social em torno das propostas estratégicas na perspectiva de implantação de currículos por competências, e uma conclusão que identifica os desafios a enfrentar.

No decorrer das descrições e análises expressas em cada capítulo, observa-se que as diferenças entre os países é muito grande. Exemplo disso é o tamanho das redes escolares de Cingapura, um país de 5,47 milhões de habitantes, e da China, com 1,36 bilhão de habitantes, em 2013.

Os países são ímpares em todos os aspectos, de modo que têm feito percursos diversos em relação às políticas educacionais e reformas curriculares, mesmo com os esforços de padronização que os organismos internacionais recomendam, com base na mobilidade global e à globalização do mercado de trabalho e de consumo. Assim, uma análise comparativa entre eles não é possível; mas a descrição de suas condições e processos, bem como o modo como têm enfrentado seus desafios, possibilita extrair lições, para se pensar a educação em escala global, que considerem o local e a diversidade. Cada capítulo, portanto, é muito rico, nesse sentido.

Interessante notar que mesmo nos países que estão alcançando relativo sucesso, há contradições. Avança-se nas competências cognitivas, mas há dificuldades em relação às habilidades e atitudes.

Os sistemas de ranqueamento levam as pessoas a terem uma leitura mais competitiva dos resultados educacionais e a não quererem mudanças que enfoquem esses outros dois elementos dos currículos por competências.

Por outro lado, os relatórios oficiais de cada país apontam uma grave tendência:

[. .] Em uma época de grandes expectativas em relação à educação, tem diminuído o apoio às formas tradicionais de escolarização, dado que há uma consciência cada vez maior de que os alunos não estão aprendendo o que precisam aprender. (pp. 255-256)

Os autores também observam que os propósitos da educação foram expandidos, sobretudo por meio do uso intensivo de tecnologia para ampliar a escolarização e devido à pressão dos mercados de trabalho em relação aos perfis de trabalhadores, além de maior exigência e responsabilização quanto à participação social. E ainda verificam que em todos os países há uma tendência em ampliar as metas educacionais para todos os estudantes.

Reimers e Chung percebem que nos países onde há várias camadas de burocracia governamental e redes muito grandes também há muita produção teórica, porém nem sempre voltada à proposição de alternativas de inovação, reformulação ou superação dos problemas identificados, mas muito mais à crítica às políticas implementadas. Indicam, também, que as políticas de responsabilização por resultados têm sido problemáticas, sobretudo quando não estão acompanhadas de alto investimento na formação docente.

Concluem que os estudos levados a termo para este livro apontam que “[...] a implementação da educação para o século XXI foi fraca na maior parte dos casos, pelo menos em termos de escala e nas formas de beneficiar todos os alunos.” (p. 268) – e que há um grave problema de descompromisso com a educação pública e diminuição dos investimentos, num momento em que esse apoio e compromisso são mais necessários do que nunca, diante dos desafios de empoderamento dos indivíduos e diminuição das desigualdades sociais.

Eles investigam teorias que entendem poderem contribuir para a superação dos problemas detectados, indicando os trabalhos de Bandura, com seu conceito de autoeficácia; de Gardner, com as inteligências múltiplas; Dweck com a ideia da mentalidade de crescimento; e Duckworth com a abordagem de garra e determinação. Defendem a ideia de parcerias público-privadas e da participação de instituições não governamentais na busca de propostas metodológicas inovadoras.

Finalmente, declaram que dois pontos são fundamentais nas políticas: estratégias sistêmicas em apoio à aprendizagem do século XXI e fortalecimento do papel da profissão docente.

A primeira requer uma teoria de sistemas que discuta questões como:

[...] (1) As disciplinas são meios adequados para desenvolver essas competências?; (2) qual é o papel das práticas pedagógicas, do estudo independente, da aprendizagem baseada em projetos e da

educação fora da escola?; e (3) qual é o equilíbrio apropriado entre eles? (p. 276)

A segunda aposta na ampliação das competências docentes, argumentando que “A natureza multidimensional da aprendizagem do século XXI requer dos professores um profissionalismo ainda maior, e não capacitações voltadas para um espectro restrito de habilidades. (p.278)

Embora possamos discordar de alguns pontos em que os autores adotam um pragmatismo que parece reduzir ou simplificar os problemas, o livro merece a leitura de todos os interessados nas políticas de currículo e na gestão dos sistemas educacionais, em suas múltiplas dimensões, sejam pesquisadores, educadores ou *policy makers*.